

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES TRIMESTRAL

### **A. CONTRATO**

Para a realização de Serviços de Consultoria Técnica - nº 4500176574  
Viabilizar Assessorias Técnicas aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de  
Fundão na Bacia do Rio Doce

### **B. RESPONSÁVEIS**

Fundo Brasil de Direitos Humanos	Ana Valéria Araújo
Fone: 11 3256 7852	E-mail: <a href="mailto:avaraujo@fundodireitoshumanos.org.br">avaraujo@fundodireitoshumanos.org.br</a>
Ministério Público Federal	Dr. José Adércio Leite Sampaio
Fone: 31 2123-9174	E-mail: <a href="mailto:joseadercio@mpf.mp.br">joseadercio@mpf.mp.br</a>

### **C. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Período de abrangência:	09 de outubro de 2018 à 08 de janeiro de 2019
Data de Envio:	22 de janeiro de 2019

### **D. DESCRITIVO**

Este é o segundo relatório de atividades trimestral produzido pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos no marco do contrato para realização de serviços para a viabilização de Assessorias Técnicas aos Atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce.

Buscando garantir objetividade à apresentação das informações, optamos por trazer para este relatório exatamente a mesma estrutura em tópicos do 2º Plano Trimestral de Trabalho, enviado em 28 de setembro de 2018.



### **1) Contratação da Equipe Complementar:**

Em outubro com o desligamento do Assessor de Projetos II - **Fernando Augusto Fileno**, a equipe foi readequada. **Henrique Fornazin**, antes Assistente de Projetos tornou-se Assessor de Projetos II, e **Lívia Magalhães de Brito** foi contratada como Assistente de Projetos.

Em virtude da dimensão do processo de escolha das Assessorias Técnicas para os Territórios, foram contratados mais 02 Analistas Financeiros para acompanhar a realização das reuniões, prestando apoio logístico e na contratação dos serviços necessários.

- Analistas Financeiros (02): **Andrea Maria de Paulo Amorim e Dilermando Almeida dos Santos**, contratados em 24/10/2018.

**2) Monitoramento, Avaliação e Planejamento** (realização de reuniões periódicas de planejamento, monitoramento e avaliação com a equipe do Programa Rio Doce do Fundo Brasil de Direitos Humanos e reuniões com o Ministério Público para informação e alinhamento):

No processo de planejamento, monitoramento e avaliação, o Fundo Brasil tem realizado reuniões de trabalhos com o Ministério Público Federal de Minas Gerais e o

Ministério Público Federal do Espírito Santo, além de participar de outras reuniões, a convite dessas instituições. A realização destas reuniões tem sido importante para a permanente atualização de informações sobre o desenvolvimento do trabalho no campo e também para a realização de ajustes no cronograma de implementação do processo de escolha das Assessorias Técnicas.

O Fundo Brasil também mantém espaços internos periódicos de monitoramento e avaliação do planejamento do trabalho com a equipe do Programa Rio Doce. No período de abrangência deste relatório, foi realizada uma reunião geral de equipe com esse caráter. Na ocasião, foi feito um balanço do segundo trimestre de execução do trabalho, que subsidiou a produção deste relatório. Também foram discutidos os desafios para o trimestre seguinte e para a conclusão dos trabalhos.

No período de abrangência deste relatório, foram realizadas as seguintes reuniões:

- Reunião da Coordenação do Programa Rio Doce/Fundo Brasil com representantes da Força Tarefa do Rio Doce do MPF – Belo Horizonte (MG), 07/11/2018;
- Reunião da Equipe do Programa Rio Doce/Fundo Brasil sobre o Território Quilombola de Degredo com MPF – Linhares, 28 de novembro de 2018;
- Reunião da Coordenação do Fundo Brasil com representantes da Força Tarefa do Rio Doce do MPF – Belo Horizonte (MG), 05 de dezembro de 2018;
- Reunião da Coordenação do Fundo Brasil com representantes da Força Tarefa do Rio Doce do MPF – Belo Horizonte (MG), 08 de janeiro de 2019;
- Reunião Geral da Equipe do Programa Rio Doce do Fundo Brasil de Direitos Humanos – São Paulo, 19 de dezembro 2018;

**3) Acompanhamento da Consolidação das Comissões de Atingidos:** (integrantes da equipe do Fundo Brasil permanecem em campo para acompanhar o processo de consolidação das Comissões, buscando auxiliar no que for necessário para que os trabalhos fluam com eficiência dentro de prazo determinado, garantindo-se sempre a autonomia dos Atingidos para a definição da composição das Comissões):

**Território de Linhares (ES):** A Comissão de Atingidos para este território está consolidada. No período abrangido por este relatório, a equipe acompanhou este processo de consolidação, que teve como principal característica a efetivação da participação nesta comissão de representantes de comunidades atingidas da região do litoral de Linhares e que inicialmente faziam parte do Território do Litoral Norte Capixaba (ES). Neste segundo trimestre, a equipe do Fundo Brasil realizou duas reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. A primeira reunião aconteceu em 24 de outubro de 2018 e foi realizada na sede da Procuradoria da República em Linhares. Um total de 39 atingidas e atingidos participou da reunião, que

teve como objetivo principal formalizar a incorporação das comunidades de Areal, Pontal do Ipiranga, Urussuquara e Barra Seca à Comissão de Atingidos de Linhares. Os presentes receberam informações sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. Os atingidos e atingidas demonstraram um bom entendimento sobre o processo de escolha e também se comprometeram com a realização de esforços para seguir promovendo a ampliação do engajamento e da participação de outros atingidos, sobretudo aqueles residentes em localidades mais distantes do centro do município. Em 06 de novembro, foi realizada uma segunda reunião na localidade de Areal, que teve como objetivo formalizar a mudança da comunidade de Areal da Comissão de Atingidos de Regência para a Comissão de Atingidos de Linhares. A equipe do Fundo Brasil foi comunicada da mudança por duas lideranças da localidade, que informaram que a alteração havia sido sugerida pelo procurador Paulo Trazzi (MPF) depois que Areal narrou a falta de afinidade com as discussões realizadas pela Comissão de Atingidos do Território de Regência. A comunidade de Areal, segundo as lideranças, temia que a particularidade do reconhecimento como comunidade indígena não fosse devidamente tratada no âmbito das demandas da Comissão de Atingidos de Regência. As lideranças reafirmaram a preferência por compor a Comissão de Linhares, mesmo ponderando questões como, por exemplo, a distância da Comunidade de Areal à sede do Município de Linhares. A equipe do Fundo Brasil constatou um bom grau de mobilização de pessoas atingidas em torno da Comissão local e de apropriação em relação às etapas do processo de viabilização da assessoria técnica. A consolidação da Comissão de Atingidos do Território de Linhares (ES) foi constatada a partir de avaliação realizada por representantes do Fundo Brasil em conjunto com representantes do Ministério Público Federal. Essa constatação nos permitiu avançar, já em novembro, para a etapa de apresentação *in loco* do resultado do credenciamento.



Reunião da Comissão Local de Linhares realizada em 24/10/2018. Foto: Equipe Fundo Brasil

**Território Quilombola de Degredo (ES):** Apesar de um grande avanço, a Comissão de Atingidos para este território não foi consolidada no período abrangido por este relatório. Desde o início dos trabalhos, a equipe do Fundo Brasil constatou que a



comunidade Quilombola de Degredo apresentava um quadro de alta complexidade social e territorial que apontava para a necessidade de um tratamento diferenciado. A partir de novo entendimento alcançado entre representantes da comunidade e o Ministério Público Federal, a comunidade de Degredo foi excluída do Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES) e, por se tratar de comunidade tradicional com especificidades próprias, foi criado um novo território: o Território Quilombola de Degredo. Assim, o processo de escolha da assessoria técnica deverá obedecer às especificidades de um território quilombola. Para além disso, a equipe do Fundo Brasil entendeu que o avanço do processo de escolha de Assessoria Técnica em Degredo dependia, necessariamente, da realização de uma avaliação mais detida e cuidadosa sobre a situação da comunidade. Com este propósito, em 28 de novembro de 2018, foi realizada uma reunião entre a equipe do Fundo Brasil com o representante do Ministério Público Federal, Paulo Trazzi, e dos professores da Universidade Federal do Espírito Santo, Simone Batista Ferreira e Osvaldo Martins de Oliveira, pesquisadores sobre o tema das comunidades tradicionais no Espírito Santo e conhecedores da comunidade de Degredo. A reunião teve como objetivo definir uma estratégia

ampliada de atuação em Degredo, de modo a garantir que a discussão sobre as Assessorias não contribua para o agravamento dos conflitos na comunidade. Em 17 de dezembro de 2018 a equipe do Fundo Brasil realizou uma reunião na comunidade de Degredo. Nesta ocasião, os atingidos e atingidas locais foram informados sobre o início do processo de escolha das assessorias técnicas. Também foram estabelecidos prazos para a consolidação da Comissão de Atingidos e foram informados aos atingidos e atingidas detalhes

sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. A presença de representantes do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União na reunião da Comissão de Atingidos contribuiu para um bom comparecimento da comunidade nesse encontro. A situação do Território de Quilombola de Degredo (ES) continua sendo objeto de discussão permanente entre o Fundo Brasil de Direitos Humanos e o Ministério Público Federal.



Procurador da República Paulo Trazzi participa da reunião da Comissão Local do Território Quilombola de Degredo em 17/12/2018. Foto: Equipe Fundo Brasil

**Território de Rio Casca e adjacências (MG):** A Comissão de Atingidos deste território está consolidada. No período abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou seis reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. A primeira reunião, convocada pelo Ministério Público Federal, ocorreu no dia 10 de outubro de 2018, no município de São Pedro dos Ferros, mais especificamente na Comunidade Fazenda Brasília. Nos dias 11 e 13 de outubro foram realizadas reuniões com os atingidos no município de São José do Goiabal. No dia 12 de outubro, no município de São Domingo do Prata. No dia 17 de outubro, a equipe do Fundo Brasil realizou reunião com a comissão do município de Rio Casca e no dia 19 de outubro, com as comunidades de Barbosa e Camões, no município de Sem Peixe. Nas reuniões, os atingidos e atingidas foram informados sobre a importância das Assessorias Técnicas e informou sobre as etapas para escolha da assessoria técnica no território. Dada a dispersão territorial das comunidades, decidiu-se por organizar a comissão de atingidos deste território em torno de três núcleos: Sem Peixe, Rio Casca (que incorpora as comunidades do município de São Pedro dos Ferros) e São José do Goiabal (que incorpora o município de São Domingo do Prata). A construção de uma rede de atingidos e atingidas, moradores de pequenas comunidades rurais, muitas delas sem contato prévio umas com as outras, mas que têm em comum uma série de danos decorrente do rompimento da barragem de Fundão, permitiu ao Fundo Brasil, em conjunto com o Ministério Público Federal, constatar a consolidação da comissão do território e avançar para a etapa de apresentação *in loco* do resultado do credenciamento, ocorrida no mês de novembro.

**Território da Região de Influência do Parque Estadual do Rio Doce e Zona de Amortecimento (MG):** A Comissão de Atingidos deste território está consolidada. No período abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou 4 (quatro) reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de informar sobre o processo de escolha da assessoria técnica e acompanhar a consolidação da Comissão de Atingidos. Esse território tem a peculiaridade de ser zona de amortecimento de uma área ambiental protegida por legislação. Os municípios do entorno do Parque Rio Doce são: Marliéria, Bom Jesus do Galho, Dionísio, Pingo D'água, Caratinga. No dia 13/10/18, o Fundo Brasil realizou uma reunião na comunidade de Baixa Verde, localizada no município de Dionísio. No mesmo dia, a equipe do Fundo Brasil realizou uma reunião informativa no município de Bom Jesus do Galho. No dia 16 de outubro, a reunião ocorreu na comunidade de Pingo D'água, município de Caratinga. Nessa ocasião, houve um debate sobre o comparecimento e o engajamento de atingidos e atingidas e os motivos das dificuldades de mobilização,

que inclui a restrição da pesca no Rio Doce depois da lama, a repressão policial, e o medo de autuação por parte do Ministério Público; esses fatores levaram parte dos moradores da região a terem receio de se identificar como pescadores nos encontros com a equipe do Fundo Brasil. Devido à distância entre os municípios, a Comissão de Atingidos desse território é formada por uma representação das diversas localidades e que se reuniu nas etapas de apresentação *in loco* do credenciamento e na reunião de escolha da organização de assessoria técnica. Esse processo viabilizou a consolidação gradual da Comissão de Atingidos do território, constatada pelo Fundo Brasil, em conjunto com o Ministério Público Federal, e tornou possível avançar para a etapa de apresentação *in loco* do resultado do credenciamento, ocorrida no mês de novembro.

**Território de Tumiritinga e Galiléia (MG):** A Comissão de Atingidos deste território está consolidada. No período abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou 9 (nove) reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos.

As três primeiras reuniões ocorreram no município de Tumiritinga, nos dias 9 e 10 de outubro, na Câmara Municipal da cidade. Nessa rodada de reuniões surgiu a demanda pela apresentação da proposta de assessoria técnica e do processo de escolha também na região dos assentamentos existentes nos municípios. Disto resultou uma agenda de cinco reuniões: no dia 31 de outubro, o Fundo Brasil apresentou o processo de escolha de assessoria técnica nos assentamentos Boa Esperança e Cachoeirinha; no dia 1 de novembro, nos assentamentos Terra Prometida e Águas Prata; e no dia 3 de novembro, no assentamento 1º de julho. No dia 21 de novembro, foi realizada mais uma reunião do município de Galileia para definir a metodologia de participação na Comissão. Nesse território, foram formadas duas comissões, uma de Tumiritinga e outra de Galileia, porém ficou acordado que a escolha da organização responsável pela assessoria técnica seria escolhida coletivamente em reunião que aglutinasse todos os atingidos e atingidas do território. Em novembro, dado o considerável avanço feito pelas comissões, o Fundo Brasil, em conjunto com o Ministério Público Federal, constatou a efetiva consolidação da comissão do território, o que permitiu avançar para a etapa de apresentação *in loco* do resultado do credenciamento, ocorrida no mês de novembro.

**Território de Resplendor e Itueta (MG):** A Comissão de Atingidos deste território está consolidada. No período abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou duas reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo

de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. No dia 15 de outubro, com a associação de pescadores do município de Resplendor e no dia 16 de outubro com a associação de pequenos produtores rurais. Nessas oportunidades foi possível constatar a consolidação da Comissão de Atingidos, em conjunto com o Ministério Público Federal, de modo que ainda em outubro ocorreu a apresentação *in loco* da lista das organizações credenciadas a prestar assessoria técnica para este território.

**Território do Vale do Aço (MG):** A Comissão de Atingidos deste território está consolidada. No período abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou 4 (quatro) reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. No dia 13 de outubro, a equipe do Fundo Brasil realizou reuniões na comunidade de Corridinha, no município de Fernandes Tourinho, e no distrito de Sobrália, no município de Plautino Soares. No dia 16 de outubro, a equipe realizou reuniões na comunidade de São Lourenço, no município de Bugre e no município de Ipaba. O Território do Vale do Aço é formado por 10 municípios, e – a partir do acúmulo de discussões realizadas entre os atingidos e atingidas do território, foi por eles e elas decidido que a formação da Comissão seria uma representação das comissões locais, formando o que os atingidos denominaram de Comissão Regional. Consolidada a Comissão, a reunião de apresentação *in loco* das entidades credenciadas para prestar o serviço de assessoria técnica ocorreu na presença dessa mesma Comissão Regional, no dia 24 de outubro, no distrito de Cachoeira Escura, no município de Belo Oriente.

**Território Governador Valadares, Ilha Brava, Baguari, Alpercata (MG):** A Comissão de Atingidos deste território está consolidada. No período abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou pelo menos uma reunião presencial com os atingidos e atingidas das 22 comissões locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. O território de Governador Valadares é o mais populoso da Bacia do Rio Doce e, por isso, exigiu da equipe do Fundo Brasil um esforço de mobilização que passou por reconhecer os distritos rurais existentes no entorno desse grande centro urbano, mais especificamente os distritos de Ilha Brava e Baguari, e o município que faz divisa de Governador Valadares, Alpercata. No entanto, o maior desafio foi mobilizar as áreas urbanas de Governador Valadares, respeitando as dinâmicas internas dos bairros e distritos. Com intuito de atender as demandas e reivindicações dos atingidos e atingidas da região, por decisão das próprias comissões locais, o território de Governador Valadares terá 22 comissões de atingidos, correspondentes à: (i) 16 regiões da sede do município de Governador Valadares (São



Geraldo e V. Mariana; Nossa Senhora das Graças; SIR; Sagrada Família e Jardim Pérola; Turmalina; Trevo e Santa Paula; São Pedro; Vila dos Montes; Lourdes, Ilha dos Araújos, São Tarcísio, Santa Rita; Santa Terezinha e São Paulo; Penha, Vila Isa; Nova JK), (ii) três distritos pertencentes ao município de Governador Valadares (Baguari, Ilha Brava e São Vitor), e (iii) o assentamento Barro Azul, situado no distrito de São Vitor.

Considerando a complexidade e especificidade do território, após a realização das 22 reuniões e a definição da metodologia acima indicada, o Fundo Brasil e o Ministério Público Federal entenderam que a formação das comissões locais estava consolidada, de modo que o processo de apresentação do credenciamento *in loco* vai acontecer entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019, por meio de quatro reuniões nos seguintes locais: distritos de Ilha Brava e Baguari, no município de Alpercata e no município de Governador Valadares (nessa reunião serão reunidas todas as comissões da área urbana de Governador Valadares, além do distrito de São Vitor).

**4) Apresentação *in loco* do Resultado do Credenciamento:** (na medida em que se consolidam as Comissões de Atingidos e atingidas nos territórios, o resultado do credenciamento das organizações interessadas em atuar como Assessorias Técnicas são então informados diretamente às Comissões de Atingidos e atingidas já instaladas):

Durante o período de abrangência deste relatório, as Comissões de Atingidos de oito territórios (sete em Minas Gerais e um no Espírito Santo) conheceram o resultado do credenciamento e avançaram no processo de escolha das assessorias técnicas.

Assim, no período de abrangência deste relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou reuniões de apresentação *in loco* do Resultado do Credenciamento com as seguintes Comissões de Atingidos e Atingidas:

- **Comissão de Atingidos do Território de Linhares (ES):** reunião realizada em 09 de novembro de 2018 na sede da Procuradoria da República no Município;
- **Comissão de Atingidos do Território de Conselheiro Pena (MG):** reunião realizada em 18 de outubro de 2018, na Escola Estadual Maria Guilhermina Pena, na sede do município. Na reunião, estavam presentes o procurador da República, Dr. Helder Magno da Silva do Ministério Público Federal de Minas Gerais, o servidor do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, José Ourismar Barros e observadores da Fundação Getúlio Vargas;
- **Comissão de Atingidos e Atingidas do Território de Resplendor e Itueta (MG):** reuniões realizadas no dia 17 de outubro, no salão paroquial da Igreja Sant'Ana, no município de Resplendor e no dia 19 de outubro, na sede da Associação de Moradores de Itueta, no município de Itueta. Nas reuniões estavam presentes o procurador da República, Dr. Helder Magno da Silva do Ministério Público

Federal de Minas Gerais, o servidor do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, José Ourismar Barros e observadores da Fundação Getúlio Vargas;

- **Comissão de Atingidos do Território de Aimorés (MG):** reunião realizada em 19 de outubro, na Paróquia São Sebastião, na sede do município. Na reunião, estavam presentes o procurador da República, Dr. Helder Magno da Silva do Ministério Público Federal de Minas Gerais, o servidor do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, José Ourismar Barros e observadores da Fundação Getúlio Vargas;
- **Comissão de Atingidos do Território do Vale do Aço (MG):** reunião realizada no dia 24 de outubro, no Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP), localizado no distrito de Cachoeira Escura, no município de Belo Oriente. Na reunião estavam presentes o procurador da República, Dr. Helder Magno da Silva do Ministério Público Federal de Minas Gerais e o servidor do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, José Ourismar Barros.
- **Comissão de Atingidos do Território de Tumiritinga e Galileia (MG):** reuniões realizadas no dia 9 de novembro. Pela manhã, no município de Galiléia, no Salão Paroquial da Igreja São João Batista. No período da tarde, no município de Tumiritinga, no salão paroquial Casa Sagrado Coração.
- **Comissão de Atingidos do Território de Rio Casca e adjacências (MG):** a equipe do Fundo Brasil realizou três reuniões para apresentar a lista de credenciamento a todos os atingidos e atingidas desse território. No dia 12 de novembro, no período da tarde, foi feita a apresentação na Comunidade de Córrego Preto, na Escola Municipal João Batista, localizada no município de Rio Casca. No mesmo dia, no período da noite, reunião realizada na Escola de Família Agrícola de Camões, localizada no município de Sem Peixe. No dia 13 de novembro, a reunião foi realizada na comunidade de Messias, no município de São José do Goiabal. Na reunião, estavam presentes o procurador da República, Dr. Helder Magno da Silva do Ministério Público Federal de Minas Gerais, o servidor do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, José Ourismar Barros, a defensora pública Carolina Morishita, da Defensoria Pública de Minas Gerais e observadores da Fundação Getúlio Vargas;
- **Comissão de Atingidos do Território de influência do Parque Estadual do Rio Doce (MG):** a equipe do Fundo Brasil realizou três reuniões para apresentar a lista de credenciamento a todos os atingidos e atingidas desse território. No dia 13 de novembro, a reunião foi realizada no Distrito de Baixa Verde, no município de Dionísio. No dia 14 de novembro, a reunião foi realizada no distrito de Cava Grande, no período da manhã e na parte da tarde, a reunião ocorreu na Comunidade de Revés do Belém, no município de Bom Jesus do Galho. Na reunião, estavam presentes o procurador da República, Dr. Helder Magno da Silva do Ministério Público Federal de Minas Gerais, o servidor do

Ministério Público Estadual de Minas Gerais, José Ourismar Barros, a defensora pública Carolina Morishita, da Defensoria Pública de Minas Gerais e observadores da Fundação Getúlio Vargas;

As reuniões de apresentação *in loco* do Resultado do Credenciamento foram realizadas de acordo com uma metodologia previamente pactuada entre o Fundo Brasil, o Ministério Público Federal e cada uma das Comissões de Atingidos e Atingidas. Segundo essa metodologia, antes do resultado propriamente dito, os representantes do Fundo Brasil apresentaram aos atingidos e atingidas participantes das reuniões os principais aspectos do processo que levou até a obtenção dos resultados.

Assim, foram apresentados quais foram os focos da chamada pública conduzida pelo Fundo Brasil para o credenciamento de organizações para prestar assessoria técnica para cada um dos territórios, os critérios utilizados para o credenciamento das organizações, previstos no item 1 do Termo Aditivo ao TAP, denominado “Princípios Norteadores do Eixo Socioeconômico”, como se deu o processo de credenciamento implementado pelo Fundo Brasil e, finalmente o resultado do credenciamento. Em relação às organizações credenciadas para cada território, foram compartilhadas com os atingidos e atingidas presentes informações básicas, tais como nome, endereço postal, endereço eletrônico, site e/ou redes sociais, números de telefone e o nome do responsável pela organização. Após a apresentação destas informações, os representantes do Fundo Brasil perguntaram aos presentes se existia algum fato relevante a respeito das organizações credenciadas que fosse do conhecimento dos atingidos e atingidas e que não tivesse sido considerado na análise do credenciamento.

Em nenhuma das reuniões realizadas até agora foram apresentados fatos novos a respeito das organizações que levassem ao descredenciamento das mesmas. Em seguida, a reunião era encerrada. A equipe do Fundo Brasil produziu atas de todas as reuniões, fez registro fotográfico das mesmas e passou lista de presença.

**5) Abertura de Novo Credenciamento em Casos Excepcionais** (excepcionalmente, será aberto um novo processo de credenciamento na hipótese de algum território não receber candidaturas ou se os Atingidos e Atingidas de determinada localidade, justificadamente, não concordarem com o rol de organizações sem fins lucrativos apresentado como resultado do primeiro processo):

Não foi necessário abrir um novo credenciamento no período de abrangência deste relatório, para além dos já anteriormente descritos.

**6) Convite às Organizações Credenciadas para Apresentação de Proposta Preliminar de Assessoria Técnica para Cada Território** (envio, por e-mail, de Carta-Convite às organizações credenciadas para apresentação de proposta preliminar de atuação

como Assessoria Técnica em território determinado, de acordo com os Termos de Referência para aquele território):

As organizações credenciadas receberam as cartas convite elaboradas pela equipe do Fundo Brasil, apresentando o formato no qual as propostas preliminares de trabalho das organizações credenciadas deveriam ser elaboradas.

Solicitou-se às organizações breves descrições das linhas de ação e da metodologia de trabalho para abordagem das demandas presentes no território, conforme apresentadas na Chamada Pública que o Fundo Brasil realizou para o credenciamento de organizações interessadas em prestar o serviço de Assessoria Técnica. As cartas convite também definiram os prazos do processo de elaboração e avaliação das propostas preliminares de trabalho das organizações credenciadas.

A definição dos prazos foi feita conjuntamente pelo Fundo Brasil e pela Força Tarefa do Rio Doce do Ministério Público Federal, em reunião realizada em 1 de outubro de 2018. Definiu-se um prazo de 5 dias úteis, a partir do envio das mensagens eletrônicas com as cartas-convite, para que as organizações credenciadas enviassem as propostas preliminares.

Durante o período de abrangência deste relatório, foram enviadas Cartas-Convite para as organizações credenciadas para os seguintes territórios:

<b>Território</b>	<b>Data de Envio da Carta-Convite</b>
Território de Colatina e Marilândia (ES)	02/10/2018
Território de Aracruz e Serra (ES)	02/10/2018
Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II (ES)	02/10/2018
Território de Regência (ES)	02/10/2018
Território de Povoação (ES)	02/10/2018
Território de Baixo Guandu (ES)	16/10/2018
Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)	16/10/2018
Território do Vale do Aço (MG)	25/10/2018

Território de Conselheiro Pena (MG)	25/10/2018
Território de Resplendor e Itueta (MG)	25/10/2018
Território de Aimorés (MG)	25/10/2018
Território de Tumiritinga e Galileia (MG)	10/11/2018
Território de Linhares (ES)	12/11/2018
Território da Microrregião de Rio Casca e Adjacências (MG)	15/11/2018
Território da Região de Influência do Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento (MG)	15/11/2018

**7) Avaliação Prévia das Propostas Preliminares** (o Fundo Brasil recebe, por via digital, as propostas preliminares de todas as organizações credenciadas e faz uma avaliação prévia de sua adequação ao Termo de Referência, contando para tanto com a colaboração de especialistas, com recomendações de ajustes nos casos necessários. A realização desta atividade está condicionada à realização da etapa descrita no item 6):

Ao receber as propostas preliminares de trabalho, o Fundo Brasil realizou uma análise prévia da adequação de cada uma delas ao escopo do trabalho contido na Chamada Pública. Os pareceres técnicos das propostas contaram com a participação de especialistas externos, com conhecimento sobre as temáticas específicas do território, que a convite do Fundo Brasil compuseram um Comitê de Especialistas.

Para a composição deste comitê, o Fundo Brasil de Direitos Humanos convidou pesquisadores e pesquisadoras que atuam na região da Bacia do Rio Doce e que têm sido reconhecidos pelo desenvolvimento de trabalhos relevantes sobre os desdobramentos dos impactos ambientais e violações de direitos humanos sofridos pelos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Este conhecimento específico representa um elemento fundamental para a necessária avaliação das propostas preliminares de trabalho das organizações que farão Assessoria Técnica aos atingidos e atingidas.

Integram a Comissão de Especialistas para os territórios do Espírito Santo os seguintes pesquisadores e pesquisadoras:



**Karine Gonçalves Carneiro:** Doutora em Ciências Sociais (Puc-Minas/2016) e Professora Adjunta - DE - do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP e do Programa de Pós-Graduação "Novos Direitos, Novos Sujeitos" da UFOP.

**Cristiana Losekann:** Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009) e Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

**Bruno Milanez:** Doutor em Política Ambiental - Lincoln University (2006) e professor no programa de Pós-graduação em Geografia e no Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica da Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Tatiana Ribeiro de Souza:** Doutora em Direito Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, em dedicação exclusiva, lotada no Departamento de Direito - DEDIR, onde atua na graduação e no Mestrado em "Novos Direitos, Novos Sujeitos".

Integram a Comissão de Especialistas para os territórios de Minas Gerais os seguintes pesquisadores e pesquisadoras:

**Cristiana Losekann:** Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009) e Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

**Bruno Milanez:** Doutor em Política Ambiental - Lincoln University (2006) e professor no programa de Pós-graduação em Geografia e no Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica da Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Miguel Fernandes Felipe** - Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma instituição. Doutor em Geografia e Análise Ambiental (IGC-UFMG).

**Luiz Jardim de Moraes Wanderley** - Docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ-FFP. É Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007), possui mestrado em Geografia (2008) e Doutorado em Geografia na mesma instituição (2015).

**Rafaela Dornelas**- Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2014-2016). Bacharela em Ciências Sociais pela mesma universidade (2007-2013).

**Julia Silva de Castro** - Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (2016-2018). Bacharela em Ciências Sociais pela mesma universidade (2010-2015).

Para a definição do escopo de atuação da Comissão de Especialistas, o Fundo Brasil elaborou um Termo de Referência. Este documento definiu os produtos que deveriam ser entregues pelos especialistas, bem como o prazo de 15 dias corridos para a realização do trabalho. Cada especialista se comprometeu a fazer um breve parecer individual sobre a adequação da proposta ao escopo da Chamada específica de cada território, observando se as demandas transversais que conformam a concepção de Assessoria Técnica presente no Termo Aditivo ao TAP – mobilização social, informação e apoio à participação e reivindicação de direitos –, e se as demandas específicas de cada território estão refletidas nas propostas preliminares que seriam apresentadas aos atingidos e atingidas nas comunidades.

O Termo de Referência esclarecia que não cabe à Comissão de Especialistas interferir na natureza da proposta, nem descredenciar qualquer organização, e que a decisão sobre a qualidade e pertinência das propostas cabe exclusivamente aos atingidos e atingidas, em processo deliberativo público realizado nas comunidades. Ao final da elaboração dos pareceres individuais, os especialistas se reuniram com a equipe do Fundo Brasil em São Paulo. Foram realizadas duas reuniões presenciais entre a coordenação do Programa Rio Doce e os integrantes do Comitê de Especialistas do Espírito Santo (em 22 de outubro de 2018) e de Minas Gerais (19 de novembro de 2018) em São Paulo para apresentação dos pareceres finais em nome do comitê.

As sugestões e recomendações feitas pela Comissão de Especialistas foram enviadas às entidades credenciadas para o território, nas datas indicadas na tabela a seguir. As entidades tiveram prazo de 3 dias úteis para readequar as propostas preliminares e devolvê-las ao Fundo Brasil, quando necessário.

<b>Território</b>	<b>Data de Envio dos Pareceres</b>
Território de Colatina e Marilândia (ES)	25/10/2018
Território de Aracruz e Serra (ES)	25/10/2018

Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II (ES)	25/10/2018
Território de Regência (ES)	25/10/2018
Território de Povoação (ES)	25/10/2018
Território de Baixo Guandu (ES)	09/11/2018
Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)	09/11/2018
Território do Vale do Aço (MG)	19/11/2018
Território de Conselheiro Pena (MG)	19/11/2018
Território de Resplendor e Itueta (MG)	19/11/2018
Território de Aimorés (MG)	19/11/2018
Território de Linhares (ES)	04/12/2018
Território de Tumiritinga e Galileia (MG)	05/12/2018
Território da Microrregião de Rio Casca e Adjacências (MG)	10/12/2018
Território da Região de Influência do Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento (MG)	11/12/2018

**8) Organizações Habilitadas Apresentam Proposta para Comunidades de Atingidos e Atingidas** (para garantir as condições adequadas de escolha das Assessorias Técnicas, o Fundo Brasil, auxiliado pelas Comissões de Atingidos e Atingidas, apoiará a realização de reunião das comunidades de Atingidos e Atingidas com as organizações candidatas na ocasião da apresentação das propostas preliminares):

Os itens 8 e 9 deste planejamento, ou seja, a apresentação pelas organizações habilitadas de suas propostas preliminares de trabalho (item 8) e a escolha das assessorias técnicas pelas comunidades atingidas (item 9) foram realizadas nas

mesmas datas em 15 territórios ao longo do período de abrangência deste relatório. A decisão de reunir as duas etapas em um só evento resultou da pactuação com as próprias Comissões de Atingidos e Atingidas e refletiu a necessidade de encontrar uma metodologia que garantisse o acesso à informação necessária para uma escolha consciente por parte das atingidas e atingidos, mas cuja realização não fosse extenuante para os atingidos e atingidas que, na maioria dos casos, não estão habituados com esse formato de atividade.

Um breve resumo das reuniões de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha pelas comunidades será apresentado no item 9 a seguir. Porém, cabe destacar que todas as reuniões foram realizadas dentro de uma proposta metodológica comum, apresentada previamente às Comissões Locais. A metodologia foi a seguinte:

- Cada entidade credenciada apresentou sua experiência e sua proposta preliminar de trabalho no tempo total de uma hora, incluído o tempo para perguntas das atingidas e atingidos e respectivas respostas dos representantes de cada entidade;
- A ordem da apresentação das entidades credenciadas foi definida por sorteio;
- Após cada apresentação, as atingidas e atingidos presentes poderiam fazer perguntas em blocos e sob inscrição feita junto a um(a) integrante da equipe do Fundo Brasil;
- Os(as) representantes das entidades credenciadas não puderam assistir às apresentações uns dos outros. Enquanto uma determinada entidade estivesse fazendo a sua apresentação, os representantes das demais aguardaram em um local reservado, distante do local da reunião;
- Ao final de todas as apresentações, os representantes das entidades credenciadas se retiraram da sala para o momento de deliberação dos atingidos e atingidas, com observação do Fundo Brasil e do Ministério Público;
- Neste momento, as atingidas e atingidos presentes puderam fazer uso da palavra para manifestações a respeito das entidades e suas apresentações;
- Em caso de consenso, a escolha da Assessoria Técnica foi feita por aclamação;
- Na inexistência de consenso, foi solicitado aos presentes que levantassem as mãos em favor da entidade de preferência, para aferição do contraste;
- Se a escolha ainda não estivesse suficientemente clara, seria feita votação por meio de cédulas entregues no crachá que cada participante recebeu ao assinar a lista de presença da reunião.
- Feita a escolha, foi pactuado junto ao representante do Ministério Público o passo seguinte necessário à contratação da assessoria técnica.

### **9) Escolha das Assessorias Técnicas pelas Comunidades de Atingidos e Atingidas (o**

Fundo Brasil reúne-se com a Comissão de Atingidos e Atingidas para tomar conhecimento das deliberações das comunidades. Fazer isso está condicionado à finalização da atividade anterior e só acontece nos casos em que se cumprir o previsto no item 8)

**Território de Colatina e Marilândia (ES):** A reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 31/10/2018 no

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Colatina (SISPMC), na Rua Dr. Joaquim Ribeiro Filho, 145. A realização da reunião foi divulgada pelos canais de comunicação social do Ministério Público Federal no Espírito Santo<sup>1</sup>. Um total de 80 atingidos e atingidas assinaram a lista de presença. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das



Atingidos e atingidas de Colatina e Marilândia escolhem Adai como entidade que prestará Assessoria Técnica ao território. 31 out 2018 Foto: Equipe Fundo Brasil.

atingidas e atingidos e também ofereceu alimentação durante a realização do evento. Também estiveram presentes representantes do Ministério Público Federal (Dr. Malê Frazão, Procurador da República) e da Defensoria Pública do Espírito Santo (Dr. Rafael Portella e Dra. Mariana Sobral). Os trabalhos foram iniciados às 18h25. Duas organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: a Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI e a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação comunicou sua desistência do processo de escolha de Assessoria Técnica para o Território de Colatina e Marilândia. Desta forma, apenas a Adai compareceu ao evento para apresentação de proposta. Os representantes da ADAI fizeram a apresentação de sua proposta preliminar de trabalho e debateram com os presentes ao longo de uma hora. Em seguida, se retiraram para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar. Após um breve debate, por aclamação, a Adai foi escolhida Assessoria Técnica para o Território de Colatina e Marilândia. Após a escolha, o procurador da República Malê Frazão (MPF)

<sup>1</sup> Acesse a nota “Rio Doce: começa nesta semana etapa final de escolha das assessorias técnicas aos atingidos no ES” no endereço: <http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/noticias-es/rio-doce-comeca-nesta-semama-etapa-final-de-escolha-das-assessorias-tecnicas-aos-atingidos-no-es> (última visita feita em 18/01/2019)





Reunião de Escolha de Assessoria Técnica em Colatina, 31 out 2018. Foto: Equipe Fundo Brasil.]

informou aos atingidos e atingidas que a ADAI receberia um prazo para apresentar uma proposta detalhada de trabalho e orçamento resultante de um processo de construção coletiva, democrática e participativa junto às atingidas e atingidos. Uma vez recebida pelo Fundo Brasil a proposta de trabalho detalhada e orçamento, o documento será entregue ao Ministério Público que, com a participação da Defensoria Pública,

conduzirá a etapa seguinte para negociação do contrato de prestação de serviço da Assessoria Técnica. Sem mais falas, a reunião foi encerrada às 20h45.

**Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II (ES):** A reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 01/11/2018 na Aldeia Pau Brasil, no município de Aracruz (ES), em espaço usado para atividades coletivas. A



Evento de escolha da Assessoria Técnica no Terra Indígena. 1 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil

realização da reunião foi divulgada pelos canais de comunicação social do Ministério Público Federal no Espírito Santo. Participaram 79 integrantes das comunidades atingidas, registrados em lista de presença, inclusive as seguintes lideranças indígenas: três caciques e um vice-cacique Tupiniquim, e um cacique Guarani. De acordo com a metodologia pactuada com a comissão local, todos os

participantes foram identificados através de crachás entregues no ato de assinatura da lista de presença. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das atingidas e atingidos, providenciou o aluguel de cadeiras, som, e equipamento de projeção de imagens e também ofereceu alimentação durante a realização do evento. Participaram da reunião representantes do Ministério Público Federal, Dr. Paulo Trazzi e Dr. Malê Frazão, procuradores da República e integrantes da força-tarefa do Rio Doce, e da Defensoria Pública do

Espírito Santo, Dr. Rafael Portela. Os trabalhos foram iniciados às 15h07. Três organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: a Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI, o GTA – Grupo Técnico de Apoio e a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação comunicou sua desistência do processo de escolha de Assessoria Técnica para o Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II. Desta forma, apenas a ADAI e GTA compareceram ao evento para apresentação de proposta. Os representantes da ADAI e do GTA fizeram as apresentações de suas propostas preliminares de trabalho e debateram com os presentes. O sorteio foi feito com os nomes das duas entidades candidatas a Assessoria Técnica escritos em papel. Um dos caciques sorteou e o GTA foi a

primeira a fazer sua apresentação. Neste momento os representantes da ADAI se retiraram do local da reunião e foram acomodadas em um local reservado. Os representantes do GTA também não assistiram à apresentação da ADAI. Cada entidade teve uma hora para a realização desta etapa da reunião. Ao final das apresentações, os representantes das entidades



Cacique Guarani faz perguntas à Adai. 1 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo

deixaram o local da reunião para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar. Após um debate entre os presentes, a entidade escolhida por aclamação – aferida pelo Procurador da República Dr. Paulo Trazzi (MPF), foi a Adai. Após a escolha, o procurador da República informou aos atingidos e atingidas reunidos em Comissão que a ADAI deveria apresentar uma proposta detalhada de trabalho e orçamento resultante de um processo de construção coletiva, democrática e participativa junto às atingidas e atingidos. Uma vez recebida pelo Fundo Brasil a proposta de trabalho detalhada e orçamento, o documento será entregue ao Ministério Público que, com a participação da Defensoria Pública, conduzirá a etapa seguinte para negociação do contrato de prestação de serviço da Assessoria Técnica.

**Território de Povoação (ES):** A reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 08/11/2018 em uma tenda contratada pelo Fundo Brasil e instalada na Rua Histórica,



em frente ao Clube do Golfinho, em Povoação. A realização da reunião foi divulgada pelos canais de comunicação social do Ministério Público Federal no Espírito Santo. Para, além disso, a pedido da Comissão de Atingidos de Povoação, a equipe do Fundo Brasil providenciou um reforço na divulgação na comunidade, feita através da produção de uma arte para circulação em grupos de *whatsapp* e também mediante a contratação de um carro de som para circulação na cidade nos dias prévios à realização da reunião. Participaram 106 integrantes das comunidades atingidas, registrados em lista de presença. De acordo com a metodologia pactuada com a comissão local, todos os participantes foram identificados através de crachás entregues no ato de

assinatura da lista de presença. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil providenciou o aluguel de cadeiras, banheiros químicos, som, equipamento de projeção de imagens e disponibilizou alimentação durante a realização do evento. Também participaram da reunião o Dr. Malê Frazão (Ministério Público Federal), a Dra. Mônica Medina (Ministério Público do Espírito Santo) e o Dr. Rafael Portella (Defensoria Pública do Espírito Santo). Os trabalhos foram iniciados às 18h04. Três organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: a Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI, o GTA – Grupo Técnico de Apoio e a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que o GTA – Grupo Técnico de Apoio comunicou sua desistência do processo de escolha de Assessoria Técnica para o Território de Povoação. Desta forma, apenas a ADAI e a Rede Interação compareceram ao evento para apresentação de proposta. As representantes da ADAI e da Rede Interação fizeram as apresentações de sua proposta preliminares de trabalho e debateram com os presentes. O sorteio foi feito com os nomes das duas entidades candidatas a Assessoria Técnica escritos em papel. A ADAI foi a primeira a fazer sua apresentação. Neste momento as representantes da Rede Interação se retiraram do local da reunião e foram acomodadas em um local reservado. Os representantes da ADAI também não assistiram a apresentação da Rede Interação. Cada entidade teve uma hora para a realização desta etapa da reunião. Ao final das apresentações, os representantes das entidades deixaram o local da reunião para que as atingidas e atingidos pudessem



deliberar. Após um debate entre os presentes, a entidade escolhida por aclamação – aferida pelo Procurador da República Malê Frazão, foi a ADAI. A reunião foi encerrada após o Procurador fazer esclarecimentos a respeito da continuidade do processo, com a apresentação de proposta detalhada de trabalho e orçamento resultante de um processo de construção coletiva, democrática e participativa junto às atingidas e atingidos, a qual, uma vez recebida pelo Fundo Brasil, será entregue ao Ministério Público que, com a participação da Defensoria Pública, conduzirá a etapa seguinte para negociação do contrato de prestação de serviço da Assessoria Técnica.



Atingidos de Povoação escolhem ADAI por aclamação. Foto: Fundo Brasil

**Território de Regência (ES):** A reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 12/11/2018 no Ginásio Poliesportivo Elpídio Ângelo de Macedo, em Regência. A



realização da reunião foi divulgada pelos canais de comunicação social do Ministério Público Federal no Espírito Santo. Para além disso, a pedido da Comissão de Atingidos de Regência, a equipe do Fundo Brasil providenciou um reforço na divulgação na comunidade, feita através da produção de uma arte para circulação em grupos de *whatsapp* e também mediante a contratação de um carro de som para circulação na cidade nos dias prévios à realização da reunião. Participaram 173 integrantes das comunidades atingidas, registrados em lista de presença. De acordo com a metodologia pactuada com a comissão local, todos os participantes foram identificados através de crachás entregues no ato de

assinatura da lista de presença. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das atingidas e atingidos, o aluguel de cadeiras, som, e equipamento de projeção de imagens e ofereceu alimentação durante a realização do evento. Para facilitar a participação das mulheres da comunidade, também foi providenciado um espaço de recreação para as crianças. Participaram da reunião o Dr. Malê Frazão (Ministério Público Federal), a Dra. Mariana Sobral (Defensoria Pública do Espírito Santo) e o Dr. Rafael Portella (Defensoria Pública do

Espírito Santo). Os trabalhos foram iniciados às 18h15. Três organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: a Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI, o GTA – Grupo Técnico de Apoio e a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que o GTA – Grupo Técnico de Apoio e a Rede Interação comunicaram suas desistências de participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas para o Território de Regência. Desta forma, apenas a ADAI compareceu ao evento para apresentação de proposta. As representantes da ADAI fizeram a apresentação da sua proposta preliminar de trabalho e

debateram com os presentes. A ADAI teve uma hora para a realização desta etapa da reunião. Ao final da apresentação, as representantes da ADAI deixaram o local da reunião para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar. Após um debate entre os presentes, a entidade escolhida por aclamação – aferida pelo Procurador da República Malê Frazão, foi a ADAI. O Procurador



ADAI é escolhida como Assessoria Técnica em Regência. 12  
nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil

explicou então aos atingidos e atingidas os passos seguintes do processo. Com a minuta detalhada da proposta da ADAI, a ser construída em colaboração com a Comissão de Atingidos, em mãos, o Ministério Público se reunirá com as empresas para começar a negociação. Ao final, uma atingida tomou a palavra para solicitar que fosse incluída na ata da reunião uma moção de repúdio contra o Grupo Técnico de Apoio – GTA e a Rede Interação pela ausência na reunião de escolha. Os trabalhos foram encerrados às 19h58.



**Território de Aracruz e Serra (ES):** A reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 21/11/2018 no Auditório do Sesc Praia Formosa, em Aracruz. A realização da reunião foi divulgada pelos canais de comunicação social do Ministério Público Federal no Espírito Santo. Para além disso, a pedido da Comissão de Atingidos de Regência, a equipe do Fundo Brasil providenciou um reforço na divulgação na comunidade, feita através da produção de uma arte para circulação em grupos de



*whatsapp*. Participaram 441 integrantes das comunidades atingidas, registrados em lista de presença. De acordo com a metodologia pactuada com a comissão local, todos os participantes foram identificados através de crachás entregues no ato de assinatura da lista de presença. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das atingidas e atingidos, o aluguel do espaço onde foi realizada a reunião e ofereceu alimentação durante a realização do evento. Participaram da reunião o Dr. Malê Frazão (Ministério Público Federal), a Dra. Mariana Sobral (Defensoria Pública do Espírito Santo) e o Dr. Rafael Portella (Defensoria Pública do Espírito Santo). Os trabalhos foram iniciados às 19h03. Duas organizações

foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: a Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI e a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que a Rede Interação comunicou sua desistência de participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas para o Território de Aracruz e Serra. Desta forma, apenas a ADAI compareceu ao evento para apresentação de proposta. As representantes da ADAI fizeram a apresentação da sua proposta preliminares de trabalho e debateram com os presentes. A ADAI teve uma hora para a realização desta etapa da reunião. Ao final da apresentação, as representantes da ADAI deixaram o local da reunião para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar. Após um



Rafael Portella (Defensoria Pública), Malê Frazão (MPF), Mariana Sobral (Defensoria Pública) e a plenária. 21 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil

debate, o representante do Fundo Brasil perguntou aos presentes se, de acordo com a proposta apresentada e o conteúdo do debate, estavam de acordo com a escolha da ADAI. Pediu aos que estavam de acordo que se levantassem. Várias pessoas se levantaram, levantaram as mãos e aplaudiram antes que o representante do Fundo Brasil terminasse a pergunta. Por aclamação, a ADAI foi escolhida entidade de Assessoria Técnica para o território de Aracruz e Serra. O procurador Malê Frazão explicou aos atingidos e atingidas os passos seguintes do processo. Com a minuta detalhada da proposta da ADAI, a ser construída em colaboração com a Comissão de Atingidos, em mãos, o Ministério Público se reunirá com as empresas para começar a negociação. Os trabalhos foram encerrados às 20h48.



Adaj é escolhida Assessoria Técnica para o Território de Aracruz e Serra. 21 nov 2018. Foto: Sérgio Machado/Fundo Brasil

**Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES):** No dia 23 de novembro de 2018, sexta-feira, a partir das 9h30, foi realizada a reunião para escolha da Assessoria Técnica à Macrorregião Litoral Norte Capixaba, composta pelos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Uma estrutura para receber o evento, com tendas, sanitários químicos e parquinho infantil, foi montada em um terreno na localidade de São Miguel, na rodovia ES-315 (Estrada do Nativo), em frente à Associação de Moradores de São Miguel. Transporte e alimentação, além de serviços de som e projeção de imagens também foram providenciados pelo Fundo Brasil. A realização da reunião foi divulgada pelos canais de comunicação social do Ministério Público Federal no Espírito Santo. Para além disso, a pedido da Comissão de Atingidos de Regência, a equipe do Fundo Brasil providenciou um reforço na divulgação no território, feita através da produção de uma arte para



Estrutura do evento de escolha de Assessoria Técnica para o Litoral Norte. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil



circulação em grupos de *whatsapp*. Participaram 439 integrantes das comunidades atingidas, registrados em lista de presença. De acordo com a metodologia pactuada com a comissão local, todos os participantes foram identificados através de crachás entregues no ato de assinatura da lista de presença. Participaram da reunião o Dr. Malê Frazão (Ministério Público Federal), a Dra. Mariana Sobral (Defensoria Pública do Espírito Santo) e o Dr. Rafael Portella (Defensoria Pública do Espírito Santo). Três organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: a Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI, o GTA – Grupo Técnico de Apoio e a Rede Internacional de Ação Comunitária –

Interação. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que o GTA – Grupo Técnico de Apoio e a Rede Interação comunicaram suas desistências de participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas para o Território do Litoral Norte. Desta forma, apenas a ADAI compareceu ao evento para apresentação de proposta. As representantes da ADAI fizeram a apresentação da sua proposta preliminar de trabalho e debateram com os presentes. A ADAI teve uma hora para a realização desta etapa da reunião. Ao final da apresentação, as representantes da entidade deixaram o local da reunião para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar. Após um debate, o defensor público Rafael Portella conduziu o momento efetivo da escolha. A organização escolhida por aclamação foi a ADAI. O evento de escolha terminou às 12h15, com a explicação geral do procurador Malê Frazão (MPF) sobre os próximos passos do processo, o papel do MPF de negociar com as empresas a contratação com base na proposta de trabalho da Assessoria Técnica que será construída coletivamente pela entidade escolhida e os atingidos e atingidas.



Adai é escolhida por aclamação. 23 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil)



**Território de Baixo Guandu (ES):** A reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 27/11/2018 no Ginásio Poliesportivo, localizado na Rua Terezinha, no bairro de São José, em Baixo Guandu. A realização da reunião foi divulgada pelos canais de comunicação social do Ministério Público Federal no Espírito Santo. Para além disso, a pedido da Comissão de Atingidos de Regência, a equipe do Fundo Brasil providenciou um reforço na divulgação na comunidade, feita através da produção de uma arte para circulação em grupos de *whatsapp*. Participaram 208 integrantes das comunidades atingidas, registrados em lista de presença. De acordo com a metodologia pactuada com a comissão local, todos os participantes foram identificados através de crachás entregues no ato de assinatura da lista de presença. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das atingidas e atingidos, alugou cadeiras, sistema de som e projeção de imagens e ofereceu alimentação durante a realização do evento. Para facilitar a participação das mulheres da



Momento da escolha. 27 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil

comunidade, também foi providenciado um espaço de recreação para as crianças. Participaram da reunião o Dr. Malê Frazão (Ministério Público Federal) e a Dra. Mariana Sobral (Defensoria Pública do Espírito Santo). Os trabalhos foram iniciados às 19h13. Duas organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste

território: a Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI e a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que a Rede Interação comunicou sua desistência de participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas para o Território de Baixo Guandu. Desta forma, apenas a ADAI compareceu ao evento para apresentação de proposta. As representantes da ADAI fizeram a

apresentação da sua proposta preliminar de trabalho e debateram com os presentes. A ADAI teve uma hora para a realização desta etapa da reunião. Ao final da apresentação, as representantes da entidade deixaram o local da reunião para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar. Após um debate, a organização escolhida por aclamação foi a ADAI. O Procurador Malê Frazão explicou aos presentes o papel do MPF de negociar com as empresas a contratação com base na proposta de trabalho da Assessoria Técnica que será construída coletivamente pela entidade escolhida e os atingidos e atingidas. Assim, às 21h53 foi confirmada a escolha e encerrada a reunião.

**Território de Linhares (ES)**: O Guararema Clube, no centro do município de Linhares, hospedou o evento de apresentação de propostas preliminares de trabalho e escolha da Assessoria Técnica, em 11 de dezembro. Participaram 215 atingidos e atingidas, registrados em lista de presença, o defensor público Rafael Portella, a promotora de justiça Mônica Medina e o procurador da República Paulo Henrique Trazzi (MPF). A realização da reunião foi divulgada pelos canais de comunicação social do Ministério Público Federal no Espírito Santo. Para além disso, a pedido da Comissão de Atingidos de Regência, a equipe do Fundo Brasil



ADAI escolhida por aclamação em Linhares. 11 dez 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil.

providenciou um reforço na divulgação na comunidade, feita através da produção de uma arte para circulação em grupos de *whatsapp*. Dois veículos da imprensa capixaba noticiaram a realização da reunião de escolha de Assessoria Técnica de Linhares, enfatizando que o evento era aberto ao público: “O Pioneiro” e “Correio do Estado” em suas edições do dia 11/12/2018. De acordo com a metodologia pactuada com a comissão local, todos os participantes foram identificados através de crachás entregues no ato de assinatura da lista de presença. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das atingidas e atingidos, alugou cadeiras, sistema de som e projeção de imagens e ofereceu alimentação durante a realização do evento. Os trabalhos foram iniciados às 18h30. Duas organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: a Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI e a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação. Logo no



início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que a Rede Interação comunicou sua desistência de participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas para o Território de Linhares. Desta forma, apenas a ADAI compareceu ao evento para apresentação de proposta. As representantes da ADAI fizeram a apresentação da sua proposta preliminar de trabalho e debateram com os presentes. A entidade teve uma hora para a realização desta etapa da reunião. Ao final da apresentação, as representantes da ADAI deixaram o local da reunião para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar. Após debate, a ADAI foi escolhida por aclamação como Assessoria Técnica de Linhares. O Procurador Paulo Trazzi explicou aos presentes o papel do MPF de negociar com as empresas a contratação com base na proposta de trabalho da Assessoria Técnica que será construída coletivamente pela entidade escolhida e os atingidos e atingidas. A reunião foi encerrada por volta de às 20h47 do dia 11 de dezembro de 2018.

**Território de Conselheiro Pena (MG):** A reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 25/11/2018 na Escola Estadual Maria Guilhermina Sindicato, na região central do município. A realização da reunião foi divulgada por meio de carro de som que percorreu os vários bairros do município e por meio de um informe destinado a divulgação via grupos de *whatsapp* pela Comissão de Atingidos. Um total de 181 atingidos e atingidas assinaram a lista de presença. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das atingidas e atingidos, alugou cadeiras, sistema de som e projeção de imagens e ofereceu alimentação durante a realização do evento. Também esteve presente o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Conselheiro Pena (Dr. Jorge Luiz Xavier).



Os trabalhos foram iniciados às 9h30. Cinco organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS; Centro Agroecológico Tamanduá- CAT; Cáritas Diocesana de Governador Valadares; Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação e a Associação Mineira das Escolas



AEDAS é escolhida Assessoria Técnica de Conselheiro Pena. 25 nov 2018. Foto: Nilmar Lage/Fundo Brasil

Famílias Agrícolas - AMEFA. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que apenas duas organizações haviam enviado a proposta preliminar e confirmado a presença na reunião com os atingidos e atingidas do território: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS e a Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas - AMEFA. As representantes da AEDAS e AMEFA fizeram a apresentação de suas propostas preliminares de trabalho e debateram com os presentes ao longo de uma hora cada uma. Em seguida, as equipes das duas organizações saíram do espaço para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar. Após um breve debate, por aclamação, a AEDAS foi escolhida Assessoria Técnica para o Território de Conselheiro Pena. Após a escolha, o representante do Fundo Brasil informou aos atingidos e atingidas reunidos que a AEDAS receberia um prazo para apresentar uma proposta detalhada de trabalho e orçamento resultante de um processo de construção coletiva, democrática e participativa junto às atingidas e atingidos. Uma vez recebida pelo Fundo Brasil a proposta de trabalho detalhada e orçamento, o documento será entregue ao Ministério Público que, com a participação da Defensoria Pública, conduz a etapa seguinte para negociação do contrato de prestação de serviço da Assessoria Técnica. Sem mais falas, a reunião foi encerrada às 12h45.

**Território de Resplendor e Itueta (MG)** - A reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 27/11/2018 na às 13h, no salão social Patronato, na sede do município de Resplendor. Estiveram presentes 186 atingidas e atingidos, além do Ministério Público Federal (Dr. Helder Magno da Silva), a Coordenadoria de Inclusão de Mobilização Social (Cimos) do Ministério Público Estadual de Minas Gerais (Dr. André Sperling Prado) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (Dr Antônio Lopes de Carvalho Filho). A realização da reunião foi divulgada por meio de carro de som que percorreu os vários bairros dos dois municípios e por meio de um informe destinado à divulgação via grupos de *whatsapp* pela Comissão de Atingidos. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das atingidas e atingidos, alugou cadeiras, sistema de som e projeção de imagens e ofereceu alimentação durante a realização do evento. Os trabalhos foram iniciados às 9h30. Sete organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: APPRAIR –



Associação dos Pequenos Produtores Reassentados de Aimorés, Itueta e Resplendor; Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS; Associação Mineira das Escolas Família agrícola – AMEFA; Cáritas Diocesana de Governador Valadares; Centro Agroecológico Tamanduá – CAT; GTA – Grupo Técnico de Apoio; Rede Internacional de Ação Comunitária –

Interação. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que apenas duas organizações haviam enviado a proposta preliminar e confirmado a presença na reunião com os atingidos e atingidas do território: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS e a APPRAIR – Associação dos Pequenos Produtores Reassentados de Aimorés.

## CONVITE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATINGIDOS  
TERRITÓRIO RESPLENDOR E ITUETA (MG)

Apresentação dos planos de trabalho e  
Escolha da Organização de  
Assessoria Técnica

**27/11 às 13:00**

Local :

Patronato, Rua Nossa Senhora do Monte  
Serrat, 79, Resplendor - MG.



Dr. Helder Magno da Silva (MPFMG) (à esq.) e Dr. André Sperling (MPMG) no evento da escolha. Foto: Fundo Brasil.

Os representantes da AEDAS e APPRAIR fizeram a apresentação de suas propostas preliminares de trabalho e debateram com os presentes ao longo de uma hora, cada uma. Em seguida, as equipes das duas organizações saíram do espaço para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar.

Os atingidos e atingidas presentes dirigiram-se para a Comissão de Atingidos do município a qual pertenciam para deliberar sobre qual seria a organização escolhida. Após cada Comissão discutir internamente, em plenária, as duas apresentaram seus votos e, na somatória dos votos das duas Comissões, a Aedas foi escolhida como entidade para prestar a Assessoria Técnica no território de Resplendor e Itueta. Após a escolha, o representante do Fundo Brasil informou aos atingidos e atingidas reunidos que a AEDAS receberia um prazo para apresentar uma proposta detalhada de trabalho e orçamento resultante de um processo de construção coletiva, democrática e participativa junto às atingidas e atingidos. Uma vez recebida pelo Fundo Brasil a proposta de trabalho detalhada e orçamento, o documento será entregue ao Ministério Público que, com a participação da Defensoria Pública, conduzirá a etapa seguinte para negociação do contrato de prestação de serviço da Assessoria Técnica. O evento de escolha foi encerrado às 17h45. Na sequência, foi oferecido jantar a todos os participantes.

**Território de Aimorés (MG)** - A reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 30/11/2018 às 09h, na sede do Instituto Terra, no município de Aimorés. Participaram 169 atingidos e atingidas, registrados na lista de presença. Representando o Ministério Público Estadual de Minas Gerais, esteve presente o sr. Jonas Vaz Leandro Leal.



A realização da reunião foi divulgada por meio de carro de som que percorreu os vários bairros e distritos do município e por meio de um informe destinado à divulgação via grupos de *whatsapp* pela Comissão de Atingidos. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das atingidas e atingidos, alugou cadeiras, sistema de som e projeção de imagens e ofereceu alimentação durante a realização do evento.



Os trabalhos foram iniciados às 9h30. Seis organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: APPRAIR – Associação dos Pequenos Produtores Reassentados de Aimorés, Itueta e Resplendor; Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS; Associação Mineira das Escolas Família agrícola – AMEFA; Cáritas Diocesana de Governador Valadares; Centro Agroecológico Tamanduá – CAT; e a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que das seis organizações credenciadas para prestar assessoria técnica, apenas três entidades enviaram proposta preliminar: APPRAIR, AEDAS e AMEFA. No entanto, dessas três organizações, apenas a AEDAS confirmou que faria a apresentação da proposta preliminar de trabalho aos atingidos e atingidas de Aimorés. Tanto APPRAIR como a AMEFA não justificaram formalmente a ausência.



AEDAS é escolhida como Assessoria Técnica de Aimorés. 30 nov 2018.  
Foto: Nilmar Laje/Fundo Brasil

Os representantes da AEDAS fizeram a apresentação da proposta preliminar de trabalho e debateram com os presentes ao longo de uma hora. Em seguida, a equipe da organização se retirou do espaço para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar. Após debate, a AEDAS foi escolhida por aclamação como entidade para prestar a Assessoria Técnica no território de Aimorés. Após a escolha, o representante do Fundo Brasil informou aos atingidos e atingidas reunidos que a AEDAS receberia um prazo para apresentar uma proposta detalhada de trabalho e orçamento resultante de um processo de construção coletiva, democrática e participativa junto às atingidas e atingidos. Uma vez recebida pelo Fundo Brasil a proposta de trabalho detalhada e orçamento, o documento será entregue ao Ministério Público que, com a participação da Defensoria Pública, conduzirá a etapa seguinte para negociação do contrato de prestação de serviço da Assessoria Técnica. A reunião foi encerrada por volta de 12h10, com um convite aos participantes para o almoço.



**Território do Vale do Aço (MG)** - A reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 02/12/2018, às 10h, no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), em Ipatinga. Participaram 258 atingidos e atingidas, que assinaram a lista de presença. Esteve presente na reunião o Procurador da República Dr. Helder Magno Silva (MPF). A realização da reunião foi divulgada por meio de um informe destinado à divulgação via grupos de *whatsapp*, atendendo a pedido formulado pelas dez Comissões de Atingidos que compõem o território do Vale do Aço. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das atingidas e atingidos, alugou cadeiras, sistema de som e projeção de imagens e ofereceu alimentação durante a realização do evento.

Os trabalhos foram iniciados às 11h30. Seis organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS; Associação Mineira das Escolas Família agrícola – AMEFA; Cáritas Diocesana de Itabira; Centro Agroecológico Tamanduá – CAT; GTA – Grupo Técnico de Apoio e a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação. Nos primeiros momentos da reunião, o representante do Fundo Brasil informou que seis entidades foram credenciadas, e que apenas três – AEDAS, Amefa e GTA – enviaram a proposta preliminar de trabalho. No entanto, dentre essas três organizações, a GTA e a AMEFA haviam comunicado sua desistência na participação do processo de escolha das assessorias no território do Vale do Aço. Desta forma, apenas a AEDAS apresentou a proposta preliminar de trabalho aos atingidos e atingidas presentes.

As representantes da AEDAS fizeram a apresentação da proposta preliminar de trabalho e debateram com os presentes ao longo de uma hora. Em seguida, a equipe da entidade se retirou do espaço para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar. Após debate, a AEDAS foi escolhida por aclamação como entidade que prestará serviço de assessoria técnica no território do Vale do Aço. Após



Procurador Helder Magno (MPF) abre a reunião de escolha.

a escolha, o representante do Fundo Brasil informou aos atingidos e atingidas reunidos que a AEDAS receberia um prazo para apresentar uma proposta detalhada de trabalho e orçamento resultante de um processo de construção coletiva, democrática e participativa junto às atingidas e atingidos. Uma vez recebida pelo Fundo Brasil a proposta de trabalho detalhada e orçamento, o documento será entregue ao Ministério Público que, com a participação da Defensoria Pública, conduzirá a etapa seguinte para negociação do contrato de prestação de serviço da Assessoria Técnica. A reunião foi encerrada por volta de 15h00.

**Território de Tumiritinga e Galileia (MG)** - A reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 11/12/2018, às 09h, na Escola Municipal Professora Alcina Silva de Miranda, em Tumiritinga. Além da equipe do Fundo Brasil, esteve presente pelo Ministério Público Estadual de Minas Gerais, o servidor Jonas Vaz Leandro Leal e pelo Ministério Público Federal, o Procurador da República Dr. Helder Magno da Silva. Compareceram ao evento 272 atingidos e atingidas dos municípios que compõem o território, registrados em lista de presença.

A realização da reunião foi divulgada por meio de carro de som que percorreu os vários bairros dos municípios e por meio de um informe destinado à divulgação via grupos de *whatsapp* pelas



CAT é confirmado como Assessoria Técnica. 11 nov 2018. Foto: Nilmar Lage/Fundo Brasil

Comissões de Atingidos. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das atingidas e atingidos, alugou cadeiras, sistema de som e projeção de imagens e ofereceu alimentação durante a realização do evento.

Os trabalhos foram iniciados às 9h30. Seis organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: Associação Estadual de



Defesa Ambiental e Social – AEDAS; Associação Mineira das Escolas Família agrícola – AMEFA; Cáritas Diocesana de Governador Valadares; Centro Agroecológico Tamandúá

– CAT; GTA – Grupo Técnico de Apoio e a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que das seis entidades credenciadas, somente duas entidades enviaram propostas preliminares ao Fundo Brasil: Amefa e o CAT. Entretanto, o Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) foi a única instituição que compareceu à etapa de apresentação *in loco* da proposta preliminar de trabalho; a Amefa não mandou informe sobre a desistência. A representante do CAT fez a apresentação da proposta preliminar de trabalho e debateu com os presentes ao longo de uma hora. Em seguida, a equipe da entidade se retirou do espaço para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar. Após debate, o CAT foi escolhido por aclamação como entidade que prestará serviço de assessoria técnica no território de Tumiritinga e Galiléia. Após a escolha, o representante do Fundo Brasil informou aos atingidos e atingidas reunidos que o CAT receberia um prazo para apresentar uma proposta detalhada de trabalho e orçamento resultante de um processo de construção coletiva, democrática e participativa junto às atingidas e atingidos. Uma vez recebida pelo Fundo Brasil a proposta de trabalho detalhada e orçamento, o documento será entregue ao Ministério Público que, com a participação da Defensoria Pública, conduzirá a etapa seguinte para negociação do contrato de prestação de serviço da Assessoria Técnica. A reunião foi encerrada por volta de 12h30, com um convite aos participantes para o almoço.

### **Território da Região de Influência do Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento (MG) - A**

reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 15/12/2018, às 09h, no salão social do Lions Clube, localizado no município de Timóteo. Estiveram presentes acompanhando a reunião o Procurador da República Dr. Helder Magno Silva (MPF-MG), a defensora pública Dra. Carolina Moshita (Defensoria Pública de Minas Gerais), além da equipe do Fundo Brasil. Compareceram 272 atingidos e atingidas dos municípios que compõem o território e que registraram o nome na lista de presença. A realização da reunião foi divulgada por meio de carro de som que percorreu os vários bairros dos municípios e por meio de um informe destinado à divulgação via grupos de *whatsapp* pelas Comissões de Atingidos que compõem o território. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das atingidas e atingidos, alugou cadeiras, sistema de som e projeção de imagens e ofereceu alimentação durante a realização do evento.



Os trabalhos foram iniciados às 9h30. Sete organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS; Associação Mineira das Escolas Família agrícola – AMEFA; Cáritas Diocesana de Itabira; Centro Agroecológico Tamanduá – CAT; GTA – Grupo Técnico de Apoio, NACAB – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens e a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que das sete entidades credenciadas, apenas Cáritas, NACAB e Amefa enviaram a proposta preliminar de trabalho. Amefa não confirmou presença na reunião de escolha e nem apresentou uma desistência formal junto ao Fundo Brasil. NACAB, por sua vez, enviou um comunicado informando a desistência do processo. Dessa forma, apenas Cáritas Diocesana de Itabira apresentou a proposta preliminar de trabalho aos atingidos e atingidas deste território.



Plenária escolhe Cáritas por aclamação.  
15 dez 2018. Foto Nilmar Lage/Fundo Brasil

As representantes da Cáritas fizeram a apresentação da proposta preliminar de trabalho e debateu com os presentes ao longo de uma hora. Em seguida, a equipe da organização se retirou do espaço para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar. Após debate, a Cáritas foi escolhida por aclamação como entidade que prestará serviço de assessoria técnica no território do

Parque Estadual Rio Doce e sua Zona de Amortecimento. Após a escolha, o

representante do Fundo Brasil informou aos atingidos e atingidas reunidos que a Cáritas Diocesana de Itabira receberia um prazo para apresentar uma proposta detalhada de trabalho e orçamento resultante de um processo de construção coletiva, democrática e participativa junto às atingidas e atingidos. Uma vez recebida pelo Fundo Brasil a proposta de trabalho detalhada e orçamento, o documento será entregue ao Ministério Público que, com a participação da Defensoria Pública, conduzirá a etapa seguinte para negociação do contrato de prestação de serviço da Assessoria Técnica. A reunião foi encerrada por volta de 11h20, com um convite aos participantes para o almoço.

**Território da Microrregião de Rio Casca e Adjacências (MG)** - A reunião de apresentação das propostas preliminares de assessoria técnica das organizações credenciadas, seguida da escolha foi realizada em 16/12/2018, às 09h, na Escola





Municipal Manuel Lúcio de Moraes, localizada no município de São José do Goiabal. Estiveram presentes acompanhando a reunião o Procurador da República Dr. Helder Magno Silva (MPF-MG), a defensora pública Dra. Carolina Moshita (Defensoria Pública de Minas Gerais), além da equipe do Fundo Brasil.

Compareceram 462 atingidos e atingidas dos municípios que compõem o território e que registraram nome na lista de presença.

A realização da reunião foi divulgada por meio de carro de som que percorreu os vários municípios e por meio de um informe destinado à divulgação via grupos de *whatsapp* pelas Comissões de Atingidos que compõem o

território. Para a realização desta reunião, o Fundo Brasil disponibilizou transporte para o deslocamento das atingidas e atingidos, alugou cadeiras, sistema de som e projeção de imagens e ofereceu alimentação durante a realização do evento. Os trabalhos foram iniciados às 9h17. Oito organizações foram credenciadas para participar do processo de escolha de Assessorias Técnicas neste território: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS; Associação Mineira das Escolas Família agrícola – AMEFA; Cáritas Diocesana de Itabira; Centro Agroecológico Tamanduá – CAT; Associação da Escola Família Agrícola de Camões – AEFAC, Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini, NACAB – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens e a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação. Logo no início da reunião, o representante do Fundo Brasil informou aos presentes que das oito entidades credenciadas, apenas Cáritas, NACAB, Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini e Amefa enviaram a proposta preliminar de trabalho. Amefa não confirmou presença na reunião de escolha e nem apresentou uma desistência formal junto ao Fundo Brasil. NACAB, por sua vez, enviou um comunicado informando a desistência do processo. Dessa forma, Cáritas Diocesana de Itabira e o Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini apresentaram as propostas preliminares de trabalho aos atingidos e atingidas deste território.



Maioria das atingidas e atingidos escolhe a Cáritas como assessoria técnica. 16 dez 2018. Foto: Nilmar Lage/Fundo Brasil.

Os representantes da Cáritas Diocesana de Itabira e o Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini fizeram a apresentação da proposta preliminar de trabalho e debateu com os presentes ao longo de uma hora cada. Em seguida, as equipes das organizações deixaram o espaço para que as atingidas e atingidos pudessem deliberar.

Após debate, a Cáritas Diocesana de Itabira foi escolhida como organização para prestar assessoria técnica no território de da Microrregião de Rio Casca e Adjacências, por maioria apurada em contraste pelo Procurador da República Dr. Helder Magno. Após a escolha, o representante do Fundo Brasil informou aos atingidos e atingidas reunidos que a Cáritas Diocesana de Itabira receberia um prazo para apresentar uma proposta detalhada de trabalho e orçamento resultante de um processo de construção coletiva, democrática e participativa junto às atingidas e atingidos. Uma vez recebida pelo Fundo Brasil a proposta de trabalho detalhada e orçamento, o documento será entregue ao Ministério Público que, com a participação da Defensoria Pública, conduzirá a etapa seguinte para negociação do contrato de prestação de serviço da Assessoria Técnica. A reunião foi encerrada por volta de 12h40, com um convite aos participantes para o almoço.

**Consolidação das reuniões de escolhas por território:**

<b>Território</b>	<b>Data da Escolha</b>	<b>Resultado da Escolha</b>
Território de Colatina e Marilândia (ES)	31/10/2018	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI
Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II (ES)	01/11/2018	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI
Território de Povoação (ES)	08/11/2018	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI
Território de Regência (ES)	12/11/2018	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI
Território de Aracruz e Serra (ES)	21/11/2018	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI
Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)	23/11/2018	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI
Território de Conselheiro Pena (MG)	25/11/2018	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS



Território de Baixo Guandu (ES)	27/11/2018	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI
Território de Resplendor e Itueta (MG)	27/11/2018	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS
Território de Aimorés (MG)	30/11/2018	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS
Território do Vale do Aço (MG)	02/12/2018	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS
Território de Tumiritinga e Galileia (MG)	11/12/2018	Centro Agroecológico Tamandúá – CAT
Território de Linhares (ES)	11/12/2018	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI
Território da Região de Influência do Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento (MG)	15/12/2018	Cáritas Diocesana de Itabira
Território da Microrregião de Rio Casca e Adjacências (MG)	16/12/2018	Cáritas Diocesana de Itabira

**10) Fundo Brasil Entrega ao Ministério Público a Sistematização do Processo das Organizações Escolhidas** (nos casos em que ocorrer a escolha prevista no item 9 acima, o Fundo Brasil redigirá documento com as informações sistematizadas do processo de escolha em cada território para remessa ao Ministério Público, a quem caberá comunicar o resultado às empresas):

Uma vez encerradas as reuniões de escolhas descritas no item 9 anterior, a equipe de sistematização do Fundo Brasil iniciou o trabalho de produção dos relatórios que reúnem e apresentam informações sobre o desenvolvimento das diferentes etapas do processo de escolha de Assessorias Técnicas em cada um dos territórios. Os relatórios contêm detalhes do processo que antecedeu a escolha, bem como o registro dos procedimentos para a tomada de decisão nas comunidades atingidas.

Os relatórios são encaminhados ao Ministério Público Federal, órgão encarregado de comunicar o resultado das escolhas às empresas. Para além do relatório, o Fundo Brasil entrega ao MPF os seguintes documentos:

1. Lista com a assinatura dos atingidos presentes à reunião de escolha da Assessoria Técnica
2. Proposta preliminar apresentada formalmente pela organização escolhida aos atingidos na ocasião da escolha; e
3. Parecer técnico do Comitê de Especialistas que analisou previamente a referida proposta a pedido do Fundo Brasil.

Ao longo do período abrangido por este relatório, foram entregues os relatórios dos seguintes territórios:

<b>Território</b>	<b>Data de Envio ao MPF</b>
Território de Colatina e Marilândia (ES)	09/11/2018
Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II (ES)	09/11/2018
Território de Regência (ES)	22/11/2018
Território de Povoação (ES)	22/11/2018
Território de Aracruz e Serra (ES)	07/12/2018
Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)	07/12/2018
Território de Conselheiro Pena (MG)	18/12/2018